



CODESRIA

13

عموم

Assemblée générale
General Assembly
Assembleia Geral
الجمع العام الثالث عشر

L'Afrique et les défis du XXIème siècle
Africa and the Challenges of the Twenty First Century
A África e os desafios do Século XXI

إفريقيا وتحديات القرن الواحد والعشرين

DRAFT VERSION
NOT TO BE CITED

As Ciências Sociais e as Instituições de Ensino Superior como motores de mudança no processo de "vulnerabilização" dos países africanos: O Caso de Moçambique

Teresa Cruz e Silva

5 - 9 / 12 / 2011

Rabat Maroc / Morocco



CODESRIA

13

عموم

Assemblée générale
General Assembly
Assembleia Geral
الجمع العام الثالث عشر

L'Afrique et les défis du XXIème siècle
Africa and the Challenges of the Twenty First Century
A África e os desafios do Século XXI

إفريقيا وتحديات القرن الواحد والعشرين

DRAFT VERSION
NOT TO BE CITED

As Ciências Sociais e as Instituições de Ensino Superior como motores de mudança no processo de "vulnerabilização" dos países africanos: O Caso de Moçambique

Teresa Cruz e Silva

5 - 9 / 12 / 2011

Rabat Maroc / Morocco

Introdução

A escolha de Marrocos como país de acolhimento da XIII Assembleia Geral do CODESRIA tem um significado especial pelo papel que este país desempenhou, particularmente na vigência do rei Mahomed V, no apoio aos movimentos de libertação. Depois das comemorações das independências Africanas em 2010¹, celebramos em 2011 os 50 anos da realização da Conferência de Chefes de Estado realizada em Casablanca². Este encontro reuniu proeminentes Chefes de Estado Africanos e de organizações políticas que marcaram a história dos movimentos nacionalistas e da luta pelas independências neste continente. Em 2011, celebramos também os 50 anos da realização da 1ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que teve igualmente lugar em Casablanca, em Abril de 1961³. A assembleia constitutiva da CONCP que reuniu representantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e delegados de movimentos 'pró-libertadores' e partidos políticos de Goa, elegeu um secretariado composto por proeminentes figuras de nacionalistas que distinguiram os processos de libertação das colónias Portuguesas. Destacam-se aqui nomes como Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança. Celebrações como estas, que relembram marcos importantes da nossa história, devem ser momentos de reflexão sobre os caminhos trilhados pelos países Africanos e sobre o futuro.

Em 2005 o conhecido académico da Universidade de Dar-es-Salam, Issa Shivji, publicou uma análise sobre a emergência, crescimento e colapso da insurreição nacionalista em África, onde referia poder parecer extemporâneo e fora de moda falar de nacionalismo hoje, quando nos habituámos à retórica da aldeia global (Shivji, 2005). Seguindo os caminhos do desenvolvimento do movimento nacionalista, Shivji explorou a questão nacional, começando pelo tratamento do nacionalismo no período pós-guerra, passando pelo período pós guerra fria sob a hegemonia do neo-liberalismo até à chamada globalização. A sua análise mostra-nos o quão importante é perceber os processos que deram origem às independências Africanas se quisermos compreender as rápidas transformações porque passou o continente e os desafios que os seus países devem enfrentar no século XXI. Embora situados em contextos sócio-económicos e políticos diferentes dos vividos na década de 60 e perante uma África que vive as mudanças do século XXI, o tema global desta conferência remete-nos frequentemente para uma reflexão sobre os caminhos percorridos pelos diversos países do continente e a retomar, seis anos depois, pela sua actualidade, os desafios propostos por Shivji para visitar alguns conceitos referentes ao desenvolvimento do nacionalismo, sem esquecer de colocar no prato da balança a questão da construção do

Estado e da nação, o papel dos partidos políticos, dos seus líderes e das burguesias nacionais nos processos pós-independência (Shivji,2005).

Assumir o desafio proposto por Shivji (2005), sobretudo quando estamos a falar das antigas colónias portuguesas em África que apenas se tornaram independentes na segunda metade dos anos 1970, leva-nos necessariamente a revisitar alguns dos grandes pensadores do processo revolucionário nestes países. Figura incontornável, pela profundidade das suas análises e pela actualidade das suas ideias neste repensar o presente a partir da história dos movimentos nacionalistas em África, é sem dúvida um dos mais destacados dirigentes nacionalistas da época, Amílcar Cabral. Como nos diz Carlos Lopes numa das suas análises sobre Cabral:

Para Cabral o factor mais importante era o conhecimento da realidade. Ele acreditava que apenas uma identificação específica de um local permitia equacionar a sua transformação. O entendimento da cultura de um lugar é condição necessária para poder ancorar o processo de transformação. A existência de uma ética própria serve para aumentar o sentido de comunidade e de auto-estima, factores entre os mais valorizados na capacitação dos indivíduos, instituições e sociedades. (Lopes, 2006).

A tese de Cabral sobre a libertação como um acto cultural (Cabral, 1978), reforçada pela acima referida necessidade do conhecimento da realidade, constituiu, e constitui ainda, uma base para a procura de caminhos para essa mesma libertação, onde a educação e a ciência ocupam um lugar privilegiado no desenvolvimento dos povos. A tónica posta nos seus escritos sobre a crise da revolução africana assente em práticas deslocadas da realidade concreta do meio (Lopes, 2006; Cabral, 1978), foi compartilhada por Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, para quem era igualmente importante que as análises de uma determinada condição se pudessem inserir dentro de uma situação concreta (Mondlane, 1985). Mais tarde, e numa realidade completamente diferente, onde o foco da luta tinha já ultrapassado a questão da libertação do continente do jugo colonial e se situava nos combates que era necessário realizar para fazer face aos desafios de um país independente pressionado pelo ambiente regional que se vivia na África Austral e outras pressões internacionais vindas do ocidente, Aquino de Bragança no seu frequente questionamento sobre o papel da ciência e dos cientistas sociais, retoma a questão da necessidade de dar um atenção especial às realidades nacionais, quando defende a necessidade de uma produção que não seja meramente "extrovertida"⁴(Bragança & Depelchin 1986) e quando refere que a ciência e o conhecimento devem aparecer reflectidos nas políticas públicas (Beittel 1980:6, citado por Santos 2011).

Partindo destas reflexões, e embora num contexto diferente dos precursores das lutas de libertação e das independências nacionais, cabe-nos a tarefa de interrogar o futuro. Para isso trazemos para debate questionamentos sobre o papel que cabe à educação, e neste caso particular às Instituições de Ensino Superior como motores de mudança perante os desafios da nossa época. A questão da educação continua a ser um aspecto candente, pelo papel que ela deve desempenhar no desenvolvimento do continente. Depois da Introdução, a nossa comunicação i) Analisa as Ciências Sociais e a produção científica nas universidades públicas em Moçambique, numa perspectiva que parte de si, mas situando-se num contexto mais geral do continente africano; ii) Avalia as práticas universitárias e os desafios permanentes e iii) Tenta fazer um balanço entre as práticas e as necessidades de transformação em Moçambique, ao mesmo tempo que insere esta discussão em estudos sistemáticos que se vêm produzindo sobre a situação do ensino superior em África. As ilustrações utilizadas ao longo da nossa discussão, partem sempre das universidades públicas, e tomam a Universidade Eduardo Mondlane como caso-tipo, com enfoque para o período 1985-2010.

1- As Ciências Sociais e a Produção Científica nas Universidades Públicas

N'dri Aissé-Lumumba (2005), numa das suas análises sobre a problemática do ensino superior no continente Africano, num tempo e num espaço histórico diferentes, retoma a questão da cultura e da análise da realidade social já abordadas por Cabral (1978) ou Mondlane (1985), para justificar que a transformação das instituições educacionais não pode ignorar que o indivíduo tem um lugar na sociedade e uma base de pertença onde se ancora. A autora defende ainda que uma reconceptualização do ensino superior no continente não pode ignorar as realidades que levaram às transformações pelas quais este sistema passou, partindo do princípio que este deverá desempenhar o papel de um instrumento fundamental no progresso social de África (Aissé-Lumumba 2005:23). Partindo da realidade do Ensino Superior, começarei assim por avaliar brevemente a situação da pesquisa nas Ciências Sociais em Moçambique.

Estudos sobre Moçambique referem a existência de uma pesquisa em Ciências Sociais limitada e constringida pelos interesses ideológicos do regime, durante a vigência da dominação Portuguesa em Moçambique (Cruz e Silva, 2000;2005; Silva et al, 2002; Meneses, 2005); Os mesmos estudos analisam quer os esforços realizados por cientistas sociais e algumas instituições de ensino e pesquisa no *volte face* desta situação, debruçando-se ao mesmo tempo sobre os grandes problemas enfrentados pelas instituições de pesquisa e ensino no país. À

excepção de algumas instituições de pesquisa ligadas a instituições públicas, a maior parte da pesquisa em ciências sociais e humanas desenvolveu-se nas instituições de ensino superior.

Em Moçambique, da mesma forma que na maior parte dos países colonizados por Portugal que tiveram as suas independências em meados na década de 1970, a primeira década da independência foi marcada por apenas uma universidade, cuja emergência remonta ao período colonial (1962). Apenas em 1985/86 nasceram mais duas instituições de ensino superior (IES) públicas, ao que se seguiu na década de 1990 e 2000 um aumento gradual das mesmas (MESCT 2004; 2005). A partir da década de 1993 surgem as primeiras IES privadas em Moçambique, processo que foi acelerado na década seguinte. Em 2010, entre IES públicas e privadas o país totalizava 38 instituições e 81250 estudantes, cobrindo as capitais provinciais e vários distritos, contra 16 ISP em 2005 e um total de 28.000 estudantes (Martins 2011). Muito embora este crescimento reflecta uma expansão acelerada do Ensino Superior e o desejo de cobrir uma extensão cada vez maior do país, a taxa bruta de admissão é ainda apenas de 1.9% (Martins 2011), significando isso que não podemos ainda falar de uma massificação do ensino superior.

A imposição das políticas neoliberais a que foram sujeitos os países africanos depois de meados da década 1980 resultou num processo que conduziu a reformas económicas e dos serviços sociais públicos colocando as instituições nacionais ao serviço do capital. Nesta linha de desenvolvimento, a educação foi severamente afectada e as universidades ficaram reféns das agências financiadoras internacionais. Assiste-se então à privatização acelerada da educação e ao deslocamento de recursos das instituições públicas para a esfera do direito privado.

O desenrolar das décadas de 1980/90, testemunha em muitos países Africanos o processo de uma abertura democrática. Na área da educação superior, os períodos que se seguem, contraditoriamente com esta situação, são marcados por políticas tendenciosamente excludentes no que se refere ao acesso de determinados grupos sociais às IES, e na maioria dos países as universidades passam a estar sujeitas aos interesses empresariais. Embora passando por um processo mais tardio de reformas a situação do ensino superior em Moçambique não difere muito do sucedido no resto do continente. Tal como outras IES, o impacto das alterações económicas e políticas quer seja num contexto mais global quer a nível nacional, reflectem-se directamente no ensino superior com uma evidente diminuição de recursos para o ensino público; uma cisão cada vez mais profunda entre o ensino e a pesquisa; rápida expansão do ensino superior, baixa qualidade do ensino; problemas infra-estruturais. Acrescem-se a este pontos as reformas curriculares feitas de cima para baixo e a imposição de modelos que

descuraram as realidades locais. Ilustrando esta situação, Jamisse Taimo (2010) traz-nos o exemplo da aprovação da Lei 27/2009 de 29 de Setembro que adopta o modelo de três ciclos de formação, como forma de incorporação no subsistema de ensino superior do modelo de Bolonha.

Se tomarmos de empréstimo de Claude Ake, a ideia de que as liberdades académicas devem permitir a realização da pesquisa e a disseminação do conhecimento sem deixar de criar espaços de discussão que possibilitem determinar o que pode ou não ser estabelecido como objecto deste mesmo conhecimento, permitindo a livre criatividade e estimulando ideias novas (Ake 1994:20), fica claro que um sistema de administração universitária e burocrática porque passou o ensino superior público em Moçambique nos últimos anos se distancia da ideia de liberdade académica (Cruz e Silva, 2010b). Neste contexto, é legítimo perguntarmos se o processo de reformas curriculares ocorrido nos últimos anos foi ou não desenhado para dar respostas aos interesses económicos internacionais, onde os imperativos políticos aparecem acima dos imperativos de carácter pedagógico.

Hocine Khelfaoui (2009), ao tratar da educação, comenta sobre a aplicação do modelo de Bologna ao ensino Superior:

The reform, presented in the dominant discourse as an “inevitable” fact, linked to the requirements of “globalization”, has resulted in little significant public debate on the reality and the future of HE, or even on the content of the reform itself (Khelfaoui 2009:22).

O exemplo de Khelfaoui acabado de descrever não difere muito do que sucedeu em Moçambique, onde também, a exclusão de estudantes e académicos na construção das suas próprias instituições através do processo de reformas, ao corta-lhes a possibilidade de exercerem os seus direitos como agentes e supervisores no sistema de políticas públicas da educação, os colocou perante um claro problema de ausência de liberdades académicas (Khelfaoui 2009). Situações como estas conduzem-nos a revisitar os questionamentos cada vez mais frequentemente colocados pelos académicos sobre a nossa responsabilidade perante os desafios do Sec. XXI para o continente africano e sobre o papel a desempenhar pelas Ciências Sociais para o reverter da situação existente?

Em 2009, Moustapha Tamba publicou um estudo relativo à pesquisa que se realiza na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Cheikh Anta Diop no Senegal (Tamba, 2009), tendo concluído que em 50 anos de pesquisa, 81% da produção se referia às memórias dos estudantes e que os trabalhos de pesquisa apareciam reflectidos nas memórias de mestrado, teses de doutoramento e nos artigos científicos publicados na revista da Faculdade. Embora não tenha conseguido fazer um levantamento sistemático dos

trabalhos produzidos nas universidades públicas em Moçambique nos últimos 25 anos, a breve pesquisa que realizei nas duas mais antigas universidades públicas de Moçambique, isto é, a Eduardo Mondlane (1962) e a Pedagógica (1985) e tendo em conta que cada uma delas tem um efectivo muito mais reduzido de docentes e de estudantes, encontrei mesmo assim uma situação, num certo sentido, semelhante, à da Cheikh Anta Diop, ou seja, a maior parte da produção concentrada em memórias de licenciatura e mestrados em teses de doutoramento. Se tivermos em conta que em Moçambique a introdução de mestrados tem uma história muito recente e que os doutoramentos na área de ciências sociais para além de serem igualmente recentes não cobrem ainda todas as disciplinas de Ciências Sociais que se ministram nestas universidades, concluiremos que a produção dos estudantes é ainda menor do que poderíamos supor. Moçambique ascendeu à independência com a herança de uma elevada taxa de analfabetismo e com uma única universidade onde a maioria dos estudantes e professores eram Portugueses. A reconversão do processo foi lenta e a maioria dos seus jovens docentes moçambicanos fizeram os estudos de pós-graduação desempenhando funções de assistentes universitários. Consequentemente, a pesquisa de muitas memórias de mestrado e teses de Doutoramento foi realizada pelo corpo docente destas duas instituições. As situações acabadas de referir, se por um lado são o exemplo do imenso esforço que se tem realizado na formação do corpo docente, por outro lado testemunham o longo caminho que ainda é necessário percorrer.

Os primeiros 20 anos de independência do país mostram-nos uma pesquisa nas disciplinas de ciências sociais maioritariamente concentrada na Universidade Eduardo Mondlane e direccionada para responder aos problemas nacionais no contexto da África Austral e a recuperação a história de Moçambique que havia sido deturpada e manipulada pela ideologia colonial (Cruz e Silva, 2005). Com a abertura ao mercado depois de meados da década de 1980, o foco dos problemas sofre uma alteração não só por influência das mudanças mundiais e dos novos temas de interesse na pesquisa, mas também pela redução gradual dos financiamentos para a investigação e da corrida desenfreada ao sistema de consultorias. Em Moçambique, tal como nos ilustra Swayerr para o resto do continente (2004 a) 'Com a redução dos fundos institucionais para a pesquisa a tendência é que os fundos são provenientes dos doadores ou outros financiadores sem o envolvimento directo da universidade. Particularmente nas ciências sociais este padrão levou a um crescimento da individualização e da informalização da pesquisa' (Swayerr 2004 b: 219). Apesar dos esforços feitos por algumas instituições para reverter este processo, cresce a referida individualização e informalização da pesquisa, que marginaliza os mais jovens com menos

oportunidades de acesso a este tipo de financiamento, ao mesmo tempo que fragiliza a instituição.

A publicação dos resultados de pesquisa continua a ser uma das grandes fragilidades das instituições de ensino superior públicas em Moçambique. O problema de financiamentos para manter actualizadas publicações periódicas produzidas nas Faculdades e Centros, reflecte-se nas revistas com maior tradição nesta área, como são os casos da revista *Arquivo* e de *Estudos Moçambicanos*, marcadas por altos e baixos. A já referida individualização da pesquisa tem também impactos na publicação que é muitas vezes virada para o exterior, ou seja, uma produção 'extravertida' (Hountonji 1995). Neste processo, ficam novamente excluídos os mais jovens pelo ainda frágil sistema de disseminação dos resultados em publicações periódicas das instituições nacionais e pela dificuldade de acesso a revistas internacionais. Não podemos negar que entre estas instituições mais antigas que constituem nossos estudos de caso se realizam esforços para fazer crescer espaços de debate científico mais incluídos⁵, o que não nos pode iludir sobre a necessidade de criação de mais espaços de discussão, e meios de disseminação de resultados mais eficazes e respeitando padrões internacionais.

2- Práticas Universitárias: um desafio sempre presente

A redução, e em muitos casos a ausência de financiamentos para a pesquisa e a não existência de infra-estruturas básicas e sistemas apropriados de gestão, são caminhos para que as IES, ou os investigadores, individualmente, cedam rapidamente à sedução das propostas do mercado, que conduzem quer a uma imposição do desenho das agendas de pesquisa, quer à já referida individualização e informalização dessa mesma pesquisa. Perde-se assim, gradualmente, a cultura institucional de suporte à pesquisa.

Os constrangimentos e as barreiras cada vez mais altas que se erguem à produção científica, se colocadas em paralelo com a expansão do ensino superior sem que para isso se tivessem criado as necessárias condições em termos infra-estruturais (instalações, bibliotecas, meios auxiliares de ensino) e de recursos humanos (número de professores), tem como consequência lógica a transformação das universidades em simples reprodutoras de conhecimento em lugar de produtoras, e uma visível baixa de qualidade de ensino, onde a fasquia das exigências vai baixando (nivelada por baixo) na medida do enfraquecimento crescente da qualidade do ensino pré-universitário, o que leva o sistema educacional e seus diversos subsistemas a entrarem num ciclo vicioso difícil de romper.

Depois que o ensino superior em Moçambique passou por uma fase de emergência como universidade nacional após a independência do país (1975), e se consolidou e autonomizou, passa agora pela sua fase mais difícil, dados os problemas acima mencionados. A fraca qualidade do ensino e as barreiras colocadas ao desenvolvimento da pesquisa e sua disseminação têm já reflexos directos na qualidade dos graduados e pós-graduados que são oferecidos ao mercado do trabalho. As IES, a médio e longo prazo sentirão os efeitos da fraca qualidade de ensino no seu próprio processo de recrutamento de novos elementos para o seu quadro académico, o que terá repercussões difíceis no futuro. Embora num processo de revisão, presentemente, a avaliação de desempenho do corpo de académicos (docentes/pesquisadores) das universidades públicas coloca um grande peso na docência, em detrimento das actividades de pesquisa, o que não estimula a investigação. Da mesma maneira, os requisitos para a progressão na carreira docente, exigem apenas a produção de um número mínimo de trabalhos científicos, o que acaba igualmente por não estimular a pesquisa.

A contradição entre as práticas correntes e a missão de uma universidade, produzem desafios permanentes que exigem respostas constantes ao engajamento do corpo académico se quisermos manter os objectivos que levaram à criação deste tipo de instituições.

3- As Instituições de Ensino Superior como motores de mudança

As mudanças económicas e políticas globais que afectaram o continente africano depois de meados da década de 80 repercutiram-se directamente nas áreas sociais, afectando o sector da educação. A redução de fundos institucionais para a pesquisa e a dependência crescente de financiamentos externos não só condicionaram e moldaram a produção de conhecimento como promoveram a individualização e a informalização da pesquisa e conduziram estas instituições a um declínio gradual.

Em Moçambique, à semelhança do que referimos para o resto do continente, as instituições de ensino superior têm enfrentado adversidades que constroem os objectivos para que foram criadas. Elas devem no entanto continuar a ser socialmente responsáveis pela manutenção do bem-estar público, pelo que cabe ao intelectual engajado prosseguir o processo de procura de soluções para que as Instituições de Ensino Superior garantam a protecção dos direitos ligados à liberdade de criar e disseminar conhecimento, apartando-se do modelos que as colocam como simples reprodutoras de conhecimento.

A luta contra a letargia que afecta os estudantes e o corpo académico das universidades, deve ser estimulada e intensificada, se quisermos que as IES cumpram a sua missão em lugar

de contribuírem para a erosão de uma liberdade académica que deve ser crítica e construtiva. Se retomarmos Cabral, Mondlane e Bragança sobre a importância de uma análise que não pode ignorar a realidade, ser-nos-á mais fácil a partir de si, ou seja, de dentro, avaliar a situação presente e as fraquezas que conduziram o ensino superior a uma crise institucional, quer do ponto de vista de políticas públicas quer do posicionamento dos académicos.

Para que a educação e a ciência possam realmente ocupar um lugar privilegiado como motores de mudança no processo de luta contra a ‘vulnerabilização’ cada vez mais patente dos países Africanos aos impactos das mudanças globais, não podemos descurar os aspectos acabados de referir e a necessidade de interrogar o futuro procurando respostas viáveis.

Referências Bibliográficas

- Ake, C., (1994), ‘Liberté Académique et Base Matérielle’. In : M., Mamdani and M., Diouf, eds., *Liberté académique en Afrique*, Dakar : CODESRIA :19-30.
- Aissié-Lumumba, N. (2005) ‘Critical Perspectives on the Crises, planned Change and the Prospects for Transformation in African Higher Education’. *Journal of Higher Education in Africa*, Vol.3 n°3: 1-30
- Bragança, A. & Depelchin, J. (1986), ‘Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique’, *Estudos Moçambicanos*, Nos. 5/6.
- Cabral, A. (1978) ‘O papel da cultura na luta pela independência’. In: Bragança, A. & Wallerstein, E. *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editorias: 313-333.
- Cruz e Silva, T. (2000) ‘O papel do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, no Desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique e no contexto da Região’. Comunicação apresentada ao *Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia*. Maputo, 4,5 e 6 de Outubro de 2000.
- Cruz e Silva, T. (2005), ‘Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais’. In: T. Cruz e Silva, M. G. M. Araújo & C. Cardoso, eds., *Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana*, Dakar: CODESRIA: 33-44.
- Cruz e Silva, T. (2010 a), ‘O Público o Privado e o Papel Social das Universidades em África’. CODESRIA: *Série de Conferências Públicas* n° 7.
- Cruz e Silva, T. (2010b) ‘The Global and Local Limitations on Academic Freedom in Africa: Public Higher Education institutions in Mozambique’. Comunicação apresentada ao *International Conference: Academic Freedom and the Social Responsibility of Academics and Researchers in Africa: What are the new challenges?* Oran, Argélia, 9-11 Março 2010

- Hountonji, P., 1995, 'Producing Knowledge in Africa Today'. The Second Bashorum M.K.Abiola Distinguished Lecture, *African Studies*, Vol.38, No. 3.
- Khelfaoui, H., 2009, 'The Bologna Process in Africa: Globalization or Return to "Colonial Situation"?' *Journal of Higher Education in Africa*, Vol. 7, Nos 1&2 : 21-38.
- Khelfaoui, Hocine (2010) 'Algérie : le rapport savoir-pouvoir ou le rêve avorté de la différenciation par le savoir'. Comunicação apresentada em "International Conference: Academic Freedom and the Social Responsibility of Academics and Researchers in Africa: What are the new challenges? Oran, Argélia, 9-11 Março 2010
- Lopes, C.(2006) 'O Legado de Amílcar Cabral face aos desafios da época contemporânea.' *Nô Pintcha* n. 1899, de 05 de Outubro de 2006.
- Martins, Z. (2011) Moçambique está longe de massificar o ensino superior.<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/abril-2011/mocambique-esta-longe-de-massificar-o-ensino-superior/> Acessado a 11 de Setembro de 2011.
- MESCT (2004) *Dados Estatísticos do Ensino Superior e Instituições, 2003*. Maputo: Observatório do Ensino Superior Ciência e Tecnologia.
<http://www.mesct.gov.mz/docs/Indica03.pdf>. Acessado a 19/04/2005.
- MESCT (2005) *Instituições de Ensino Superior em Moçambique*.
<http://www.mesct.gov.mz/docs/listaies.pdf>. Acessado a 19/04/2005.
- Mondlane, E. (1995) [1969], *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA. Colecção Nosso Chão.
- Santos, B. S. (2011) 'Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul'. In: Cruz e Silva, T.; Coelho, J. P. B. & Souto, A. (prgs). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (textos do colóquio em homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA (no prelo).
- Swayerr, A. (2004), 'Challenges Facing African Universities: selected issues', *African Studies Review*, Vol. 47, No. 1.
- Swayerr, A. (2004 b) 'African Universities and the Challenge of Research Capacity Development'. *Journal of Higher Education in Africa*. vol.12, 1: 213-242.
- Tamba, M. (2009) 'La recherche à la Faculté des lettres etsciences humaines de l'Université Cheikh Anta Diop de Dakar : bilan de 50 ans d'activités'. *Journal of Higher Education in Africa*. Vol. 7, No. 3, 2009 : 105-123.

¹ Celebração dos 50 anos das independências Africanas.

² Entre outros figuras de destaque estiveram presentes a este encontro: Kwame Nkrumah (Gana); Jukius Nyerere (Tanzania); Gamal Abdel Nasser (Egipto); Ahmed Sejou Touré (Guiné); Modibo Keita (Mali), e Ferhat Abbas (Argélia).

³ A CONCP emergiu da Frente Revolucionária Africana para a Independência, liderada por Amílcar Cabral

⁴ À semelhança do que foi também defendido por Paulin Hountonji (1995)

⁵ Exemplos desses esforços são os Seminários para discutir resultados de pesquisa que se realizam anualmente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, bem como os programas semanais de discussão que o Departamento de Arqueologia e Antropologia e o Centro de Estudos Africanos da mesma universidade realizam com regularidade.